

Configurações Familiares e Descendentes de 'Cristãos-Novos' na Região Metropolitana de Sobral, Ceará

Ednanda Rodrigues Lopes^a

Resumo: A proposta de análise sociológica discutida neste artigo, busca nos subterrâneos do passado histórico rememorar a trajetória de Cristãos-Novos que vieram ao Brasil, no início da Colonização, em face da institucionalização da máquina da fé. Esta institucionalização foi caracterizada pelo estigma e perseguição contra o sangue judeu, sendo especialmente fortalecida a partir de um complexo arranjo costurado entre a Monarquia Portuguesa e o Tribunal do Santo Ofício Ibérico. Sabemos que não se pode recuperar as coisas exatamente como foram um dia, mas compreendemos que elucidar parte apagada e negligenciada da história, representa um pequeno e importante passo para o conhecimento da formação da sociedade brasileira, especialmente do sertão Cearense. Dessa forma, o artigo visa preencher uma lacuna da historiografia cearense a respeito dos cristãos-novos e sua descendência, desde o período setecentista, desembocando na atualidade.

Palavras-chave: Cultura judaica, Judeus sefarditas, Inquisição, Memória.

“Não é então possível falar dos costumes dos judeus em geral, sem entrar num grande detalhe e em distinções particulares. O judeu é um camaleão que toma por toda a parte as cores dos diferentes climas que habita, dos diferentes povos que frequenta, e das diferentes formas de governo sob as quais vive” (Carvalho 1999:22)

Sobral é um município brasileiro, situado na região norte do Ceará, localizado a 235 Km da capital, Fortaleza, com uma população esti-

^a Universidade Federal do Ceará. Pós-Graduação em Sociologia. Professora de Sociologia, Estado do Ceará). Email: ednanda7@yahoo.com.br <https://orcid.org/0009-0002-2728-4421>

mada em 208.935 habitantes. Data de 1712 os primeiros registros documentais da fundação de Sobral. Por volta de 1720, conjectura sobre a presença do casal de colonizadores, Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, em terras sobralenses. Os imigrantes erigiram às margens do rio Acaraú, a Fazenda Caiçara, considerada um marco arquitetônico e simbólico da ocupação de Sobral. A localização espacial da antiga fazenda Caiçara convergia com as rotas das boiadas em períodos áureos de comercialização da carne de charque. Ao redor da fazenda foi edificada a igreja da Sé, conhecida como a matriz da Caiçara, além desta surgiu um pequeno povoado, o qual contava com 50 fogos no ato de criação da vila em 1773. O historiador Francisco Sadoc de Araújo em sua obra *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú* aborda sobre o papel dos povoadores da ribeira do Acaraú, casal Quitéria e Antônio, conforme trecho a seguir:

“Quitéria Marques de Jesus que foi a terceira proprietária da Fazenda Caiçara. Casou-se, a 5 de março de 1733, com o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, natural do Natal dos Reis Magos, Rio Grande do Norte, filho legítimo de Luís de Oliveira Magalhães e Isabel Gonçalves. O casal, Antonio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, residiram durante muito tempo no Siupé onde nasceu a maioria de seus filhos. Pelo ano de 1750, o casal se transferiu definitivamente para a fazenda Caiçara, berço de Sobral, onde fez doação de cem braças de terra em quadro para a constituição do patrimônio da capela de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú. Dona Quitéria faleceu a 31 de agosto de 1759 e foi sepultada na Matriz da Caiçara” (Araújo 1991:28).

A cidade de Sobral, foi elevada à categoria de vila em 1773, com a denominação de Vila Distinta e Real de Sobral. De acordo com Araújo (2015:180), a formação do povoamento de Sobral foi constituída em parte por migrantes, provavelmente, fugitivos das presumíveis sanções advindas com a expulsão dos Holandeses do nordeste do Brasil, pelos portugueses.

“A hipótese mais harmônica entre os historiadores que abordam a curva evolutiva da Ribeira, é a de que o fluxo que ocorreu para as margens do Acaraú, liga-se à corrente do sertão, vinda de Pernam-

bucu, sequiosa de afirmação agro-pastoril, acoçada que estava por perseguição política ou mesmo enxotada pelos terrores da guerra. Tocante a esse aspecto, da corrente migratória que se incrustou nas margens férteis do Acaraú é esclarecedor Antonio Bezerra, ardente peregrino das terras cearenses: ‘O que parece é que em consequência das vexações da guerra dos Mascates, diversas famílias da Bahia e Pernambuco procuraram o interior do Ceará, estabelecendo-se primeiramente nas margens do Jaguaribe, caminho obrigado dos exploradores de um país desconhecido, e daí passaram depois para o norte’. Monsenhor Fortunato Alves Linhares, venerando pesquisador das tradições sobralenses e sócio correspondente da Casa do Barão de Studart tem nas preciosas, mas sucintas, ‘Notas Históricas da Cidade de Sobral’, ponto-de-vista idêntico ao de Antonio Bezerra, ainda seja levado a identificar que foram as consequências da guerra holandesa o móvel que afastou diversas famílias da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte do litoral para o Vale do Jaguaribe e depois, para o Acaraú”. (Araújo 2015:85).

O domínio dos holandeses vigorou por 24 anos, em 1654, ocorreu a derrubada dos neerlandeses e a reconquista pelos portugueses do nordeste brasileiro. A esse respeito Araújo (2015) nos revela informações sobre a ocupação de terras sobralenses com a saída de algumas famílias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em face dos horrores de uma guerra. Lê-se a seguir:

“Fontes historiográficas e orais que versam sobre a trajetória da vila de Sobral, no século XVIII, nos relavam que o *Capitão-Mor* José de Xerez Fuma Uchoa, era natural da cidade de Goiana, Pernambuco e veio residir em Sobral no século XVIII. Segundo Lira (1981:12) o seu processo migratório para o Ceará, teve como provável razão, a busca por um lugar seguro para comercialização e morada, longe das perseguições antissemitas. Embora não tenhamos como precisar o ano da chegada de Xerez a Sobral, sabemos que consta no termo de criação da nova vila de Sobral a assinatura de Xerez, datada aos cinco dias do mês de julho do ano de 1773. É ainda sabido que em 23 de maio de 1757, quando o Capitão Antônio Rodrigues, fez a doação do patrimônio da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, José de Xerez Fuma Uchoa, então *Sargento-Mor*, assinara como testemunha o termo de doação. Os documentos são provas contundentes de que Xerez já vivia em Sobral antes mesmo da elevação da Caiçara a Vila Distinta e Real de Sobral. Ao longo de sua trajetória

na antiga vila de Sobral, foi representante da câmara de vereadores, juiz ordinário, juiz de órfãos, *capitão-mor* da vila por mais de uma vez e proprietário do sítio Santa Úrsula, localizado na serra da Meruoca, distante 5 Km de Sobral. Nesse período, os donos de sítios em sua grande maioria eram detentores de títulos de terras e exerciam o seu poder e influência na vida social e na política local. Inclusive, sendo bem tênue a relação entre poder econômico e poder político, fato que fez desses latifundiários e homens de negócios a personificação do poder régio na região” (Oliveira 2015:20).

Por volta de 1780, os moradores da vila de Sobral confeccionaram e encaminharam uma carta-denúncia, endereçada à rainha D. Maria I de Portugal, contra o *capitão-Mor* das Ordenanças José de Xerez da Furna Uchoa, por conduta transgressora e incompatível com seu cargo público, que em tese deveria zelar pela segurança militar da vila, implementar atividades ligadas à formação de Companhias de Ordenanças, realizar o treinamento dos homens com arma, e inspeção nos seus distritos, sob o crivo do governador. De acordo com o teor do texto, Xerez não era confiável, justo e obediente aos ditames do poder régio, não sendo ainda fiel aos filhos de Portugal. Num fragmento do referido texto, diz: “ein Justiças por ser homem de Condição ferina e mal-intencionado maior, mente contra os filhos de Portugal, sendo estes os primeiros descobridores e cultivadores destes Remontados *Certoins* para Augmento da Real Coroa de Vossa Majestade” (Linhares 1991:71).

Nas linhas seguintes, buscaremos compreender as circunstâncias e sentidos atribuídos àqueles que consideraram Xerez a personificação de um perigo latente a sociedade sobralense, ao poder local e a Coroa Portuguesa. Podemos partir da hipótese que a intolerância e repúdio a Xerez estavam embebidos de uma mácula moral, estigmatizante, que se sobrepôs em dadas circunstâncias ao seu capital econômico e a sua grande influência no meio político.

Em 1778, Xerez foi também rechaçado por não obedecer a uma lei régia, que determinava a imediata incorporação de terras ‘devolutas’ da serra da Meruoca e Uruburetama ao patrimônio da câmara de

vereadores da vila de Sobral. Ele foi o único insurgente a manter-se determinado na defesa de seu patrimônio, o sítio Santa Úrsula. A lei de incorporação de terras privadas pelo poder público não foi bem aceita por outros donos de sítios, também afetados, contudo, não sofreram as mesmas sanções e penas infligidas a Furna Uchoa. Essa insurgência de Xerez contra a determinação da Coroa Portuguesa culminou na sua prisão e degredo para o continente africano. Mas, é provável que a punição contra Xerez tenha se dado pela marca indelével do sangue infecto, cristão-novo.

Na atualidade, algumas famílias sobralenses que são descendentes do Xerez, conseguiram a certificação da cidadania portuguesa via judeu sefardita. Xerez e sua esposa Rosa de Sá Oliveira, uma das sete irmãs, filha de Manoel Vaz Carrasco e Madalena de Sá Oliveira, descendiam do casal português cristão-novo, Diogo Fernandes e Branca Dias (condenada durante a inquisição a queimar na fogueira). Inclusive, duas filhas de Xerez, casaram-se também com descendentes de cristãos-novos, no caso, a Ana América Uchoa, casou-se com Manoel José do Monte e Mariana de Lira Pessoa, casou-se com Antonio Alves de Holanda Cavalcante, tetraneto do cristão-novo pernambucano Belchior da Rosa, que foi um dos primeiros colonizadores portugueses a se tornarem senhores de engenho no Brasil.

De acordo com Elias “afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’, a outro grupo é uma das armas usadas pelo grupo superior – o mais poderoso penetra na autoimagem do grupo inferior para enfraquecer e desarmar” (1994:24). Alguns aspectos assimilados por dadas instituições da sociedade sobralense e de sua região metropolitana, foram marcados por crenças e valores proclamados pela Coroa portuguesa e Tribunal do Santo Ofício Luso, vigente a época em questão. Diante disso, urge também compreendermos aspectos obscuros da trajetória de Xerez, especialmente em Sobral, no caso, como ele vivenciou os fatos narrados e os ressignificou na realidade vivida, num contexto de provável intolerância e punição. Nesse sentido, faz-se necessário avaliarmos a postura negacionista e antisemita que Xerez, por vezes adotou, numa tentativa

de sobrevivência em meio as perseguições, ou até mesmo por ter concebido que a origem judaica seria de fato um mal a ser expurgado, representando a própria negação e rejeição de si, sendo em tese ocasionado pela deterioração do sentimento de pertença aos Cristãos-Novos. Em seus dados bibliográficos lemos o seguinte comentário:

“O Zelo que ele tinha pela distincção da família a que pertencia, e sobretudo as idéas do tempo em que vivia fizeram com que ele ligasse a maior importância ao que propalava um de seus desaffectos: ter Xerez sangue de christão novo, por um de seus ascendentes, pelo que sua família não tinha o merecimento que ele pretendia. [...] Como mostra a leitura de suas memorias esforçou-se elle por não deixar de citar uma só pessoa da família ou com ella aparentada, pertencente ao clero, a alguma Irmandade ou Ordem religiosa, de preferência mesma a quaesquer outros títulos, porque parece que estas estavam acima de qualquer suspeita ou dúvida; por concessões ou privilégios que lhes fossem particularmente peculiares, enobrecendo o hábito a quem vestia. Não queria elle descender de índio, mouro, judeu ou de qualquer outra raça reprovada em direito e considerada deshonrosa, declara ele” (Linhares 1901:70 [sic]).

Num tom confessional e biográfico, Xerez, escreve sobre as memórias genealógicas de sua parentela, levando 12 longos anos de sua vida, numa pesquisa árdua, dispendiosa financeira e mentalmente em arquivos cartoriais e eclesiásticos de diferentes regiões da colônia, a saber, assentos batismais, assentos de casamentos, obituários etc. Segundo Lira (1981:34) Xerez, objetivava ao escrever sua genealogia, demonstrar e provar que não havia nenhum resquício de sangue judeu na sua genealogia mais remota, evocando ao contrário, seus ancestrais pertencentes ao clero, no caso, (Papa Adriano VI), familiares membros de Irmandades ou Ordens religiosas, especialmente. Em seus escritos, omitiu sua descendência e de sua esposa Rosa de Sá Oliveira, originária do casal emblemático dos cristãos-novos do Brasil, Diogo Fernandes e Branca Dias. Xerez negava descender de judeu e/ou cristão-novo, grupo étnico reprovável socialmente a época.

Xerez busca demonstrar aos sobralenses e além Ribeira do Acaraú sua linhagem nobiliárquica associada ao alto clero, coloca em evidên-

cia a sua descendência originária de ‘boa família’. Seria essa postura de Xerez uma fragmentação do eu-nós? Poderia ser a superioridade da imagem e do ideal do nós de fora do grupo fator preponderante para o declínio da identidade eu-nós de dentro do grupo inferior? Para Elias, “A imagem do nós e o ideal do nós de uma pessoa fazem parte de sua autoimagem e seu ideal do eu tanto quanto a imagem e o ideal do eu da pessoa singular a quem ela se refere como “eu” (1994:42).

Conforme Elias (1994:126), ao se dizer “não sou cristão-novo” ou “não sou judeu”, fica explícito uma imagem do eu e uma imagem do nós. Nesse caso, é pertinente compreendermos quais as implicações por pertencerem a um grupo estigmatizado socialmente. É importante sabermos seus efeitos numa sociedade de relações assimétricas, numa configuração que evidencia duas posições opostas numa escala valorativa entre superiores e inferiores.

Para Lira (1981:23) a manutenção do segredo foi uma estratégia utilizada pelos Cristãos-Novos de Sobral para a preservação da origem judaica, isto por representar mácula moral na conjuntura vivida à época, de modo a comprometer a integração efetiva e harmoniosa em sociedade. Segundo Lira (1981) a intervenção dos mais valorosos amigos não foi suficiente para suspensão da pena aplicada ao Xerez.

O mesmo foi degradado para África, onde passou sete anos sofrendo duros castigos físicos e psicológicos. Seus amigos conseguiram livrá-lo através de uma vultosa soma em dinheiro. Chegou a voltar a Sobral onde morreu pouco tempo depois debilitado pelos castigos infligidos no cárcere. Atualmente a Casa do *Capitão-Mor* José Xerez de Furna Uchoa é um patrimônio histórico da cidade de Sobral. Nesse sentido, observamos que existe uma valoração do legado de Xerez na contemporaneidade, a qual, contrapõem-se ao período em que Xerez viveu no sobredito lugar, perpassando pelos momentos de bonança, prestígio, acusações, culminando até o degrado na África.

Outro fato também emblemático, tendo por base documentos e fontes historiográficas e orais que versam sobre a ocupação do antigo Riacho dos Guimarães, hoje Groaíras/ Ceará, meados do século

XVIII, sugerem aspectos instigantes pelas especulações e versões dadas a um dos primeiros povoadores do sobredito lugar, o senhor Manoel Madeira de Matos, do qual descendem algumas famílias de Groaíras, atualmente. Ele casou-se com uma filha de Antônio de Albuquerque Melo e de Luzia Guimarães de Albuquerque Melo, ambos imigrantes vindos de Pernambuco, além de neta do intitulado fundador de Groaíras, o Açoriano Alferes Lourenço Guimarães, também cristão-novo. Sobre a história de Manoel Madeira de Matos, Lira (1981), esclarece:

“Logo após ao estabelecimento do Alferes Guimarães junto ao riacho que tomou seu nome, aparece na região, onde hoje é Groaíras o Sr. Manoel Madeira de Matos que, na opinião de Jarbas Cavalcante de Aragão, era de Coimbra e para escapar as perseguições do Marquês de Pombal trocara de nome e veio refugiar-se em Groaíras. Seu verdadeiro nome era José Policarpo de Azevedo Távora” (Lira 1981:82).

O referido autor atenta para a real motivação de Manoel Madeira de Matos ao escolher Groaíras para refúgio e a própria troca de nome, como um meio para escapar dos agentes inquisitoriais. Tendo este encontrado acolhida na residência de Antônio de Albuquerque Melo, seu futuro sogro. Ainda sobre a questão envolvendo Madeira de Matos, Ibiapina Filho (2003), diz:

“O conde de São Vicente, Manuel Carlos da Cunha Távora sendo perseguido pelo Marquês de Pombal, em virtude do atentado contra o rei D. José, veio para o Brasil (Bahia) onde com boas relações do Governador Conde da Ponte, mas sendo este substituído pelo Conde dos Arcos, inimigo de sua família, foi para o Rio Grande do Norte, onde queimou o rosto com pólvora e tomou o nome de Manuel Madeira de Matos. Algum tempo depois veio residir no Ceará, no lugar Riacho dos Guimarães, onde faleceu, encontrando-se, entre os seus documentos, o título e foros de fidalgo” (Ibiapina Filho 2003:308).

Os pesquisadores da historiografia cearense, referem que Madeira de Matos veio de Portugal para o antigo Riacho dos Guimarães, Groaíras, na condição de fugitivo e trocou de nome e sobrenome com

a intenção de se tornar invisível aos olhos de delatores inquisitoriais. Sobre os fatos descritos, é dito ainda que no seu leito de morte foram encontrados em meio aos seus objetos pessoais, documentos que comprovariam a fidalguia de Madeira. Os títulos de fidalgo ficaram aos cuidados de Alexandre Bernardino, genro de Anacleto Francisco Ximenes de Aragão e pai do desembargador Francisco Urbano da Silva Ribeiro, tetraneto de Manuel Madeira de Matos e ex-secretário da Câmara Municipal de Sobral, familiar em linhagem direta do citado.

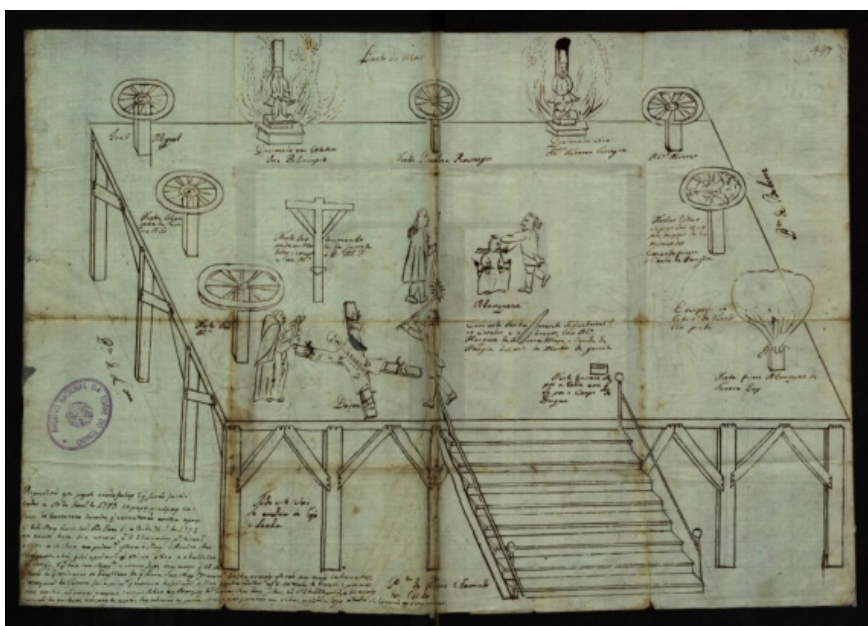


Figura 1: Esboço do cadafalso em que foram executados os Távoras pelo atentado ao Rei D. José I. Fonte: (Arquivo Nacional Torre do Tombo 2015).

A imagem acima representa o cadafalso montado na Praça de Belém, Portugal, no dia 13 de janeiro de 1759 para execução de sentença em desfavor de D. Francisco de Assis de Távora e D. Leonor (marqueses de Távora) José Maria de Távora, Luís Bernardo de Távora (filhos

dos Marqueses de Távora), D. José de Mascarenhas (duque de Aveiro), D. Jerónimo de Ataíde (conde de Atouguia), Manuel Alvares Ferreira (guarda roupa do duque de Aveiro), Brás José Romeiro (cabo da Esquadra da Companhia do Marquês de Távora), João Miguel (moço de acompanhar o duque de Aveiro) e José Policarpo de Azevedo (provavelmente jardineiro do duque de Aveiro), queimado figurativamente em estátua, porque estava foragido na ocasião.

Os réus foram todos julgados e sentenciados pela tentativa de homicídio ocorrida aos dias três de setembro de 1758. O sinistro referido, contou com uma única testemunha ocular que declarou ter presenciado o crime. Após um processo sumário, a sentença final, proferida a 12 de janeiro de 1759, no Palácio da Ajuda, considerou o veredito que todos os réus eram culpados, inclusive José Policarpo de Azevedo, o único fugitivo dentre os sentenciados pelo episódio em questão. Os acusados foram todos executados pelos crimes de lesa majestade, rebelião e alta traição, pelo atentado contra a vida do Rei D. José I, exceto José Policarpo de Azevedo, declarado foragido. Uma outra versão sobre José Policarpo de Azevedo foi proposta por Almeida:

“A José Policarpo de Azevedo, um dos doze acusados de participar, em 1758, do atentado contra Dom José I, teria cabido a responsabilidade de, após o primeiro tiro disparado contra *el-rei*, “terminar a obra com as pistolas”. Tentativa malograda, José Policarpo teria fugido e se escondido em África, transferindo-se posteriormente para o Brasil, onde teria se fixado com o nome de Manoel Madeira de Matos, primeiramente no Piauí e depois, no Riacho dos Guimarães. Para além da ideia de lugar propício para se esconder, esse caso, em particular, não passa de equívoco reforçado por diversos autores. O primeiro erro consiste em chamar José Policarpo de Azevedo de José Policarpo de Azevedo Távora, e o segundo, dizer que esse tal José Policarpo de Azevedo Távora é filho do Marquês de Távora. José Policarpo de Azevedo, na verdade, é criado de Dom José Mascarenhas, duque de Aveiro. Os filhos do Marquês de Távora chamam-se José Maria e Luís Bernardes” (Almeida 2021:172).

Segundo a versão de Almeida (2021), o supracitado José Policarpo de Azevedo, certamente não poderia ser o condenado pelos cri-

mes contra D. José I, ocorrido em Portugal no ano de 1758. Primeiro pelo fato de José Policarpo de Azevedo não ser filho do Marquês de Távora, pois Policarpo não tinha Távora em seu sobrenome e nem tampouco era fidalgo, mas serviçal do Conde de Aveiro e segundo por não constar como filhos herdeiros do Marquês de Távora, ninguém com essa alcunha, eram herdeiros do Conde apenas dois rapazes que se chamavam, respectivamente, José Maria e Luís Bernardo. Entretanto, Almeida reconhece que tais informações equivocadas foram originárias da própria divergência entre autores, apresentando distorções. Contudo, com base em documentos encontrados no acervo da Torre do Tombo, tais dados diferem dos relatados por Almeida, pois no processo consta José Policarpo de Azevedo, sem o Távora, também não faz menção de que Policarpo era fidalgo filho do Marquês de Távora. Mas é dito que foi declarado fugitivo da Coroa, jamais fora encontrado, mesmo com buscas até várias décadas depois do incidente e tudo indica que sua relação com a família dos condes de Távora e Aveiro era de prestação de serviços na condição de jardineiro.

Conforme Lima (2016), Manoel Madeira de Matos e sua esposa Francisca de Albuquerque Melo, tiveram uma filha chamada Teodora Maria de Jesus Madeira, batizada em 1740, casou-se em 1765 com Félix José de Souza Oliveira, natural do Rio Grande do Norte, escrivão da Câmara de Sobral. Desse enlace nasceu o neto de Manoel Madeira de Matos, Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque.

No acervo do Cartório de Ofícios e Notas e de Registros – Comarca de Groaíras, antigo Riacho dos Guimarães, consta documento de escrituração de uma légua de terra em quadro para a capela de Nossa Senhora do Rosário, incluídas na doação mais sessenta vacas e sete bestas para constituição de patrimônio para as terras da Santa e futura instalação da igreja, num local chamado lagoa de Santa Maria, na ribeira do Acaraú, pegando desse rio para a parte da nascente. A doação para a exigência de patrimônio da paróquia foi feita no ano de 1884 por Manoel Madeira de Matos e sua esposa Francisca de Albuquerque Melo.

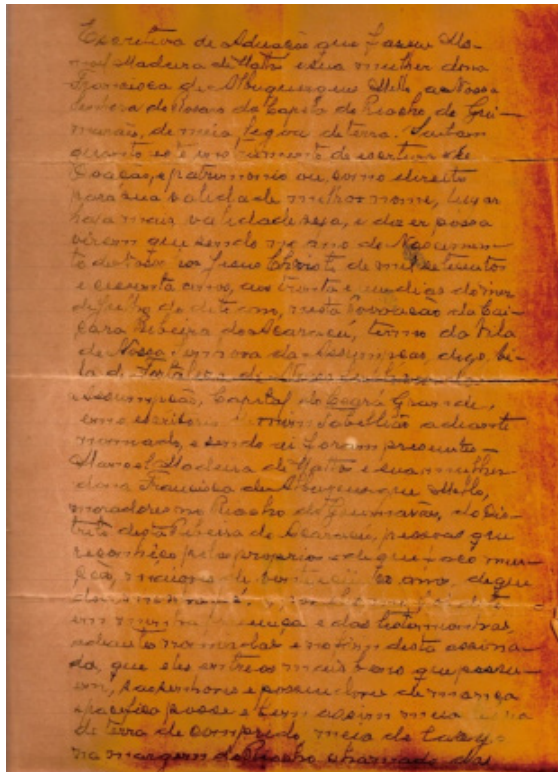


Figura 2: Documento de doação de terras por Manoel Madeira de Matos.
 Fonte: Cartório de Ofícios e Notas e de Registros – Comarca de Groaíras.
 (Acervo: Augusto Martins 2013).

Ficou explícito na contemporaneidade o receio de alguns colaboradores ao falar da questão judaica na formação de algumas famílias da ribeira do Acaraú. Nesse sentido, houve uma situação reveladora, na qual um funcionário do museu D. José, relatou que um historiador local havia doado um candelabro de sete pontas que pertenceu a uma família de Groaíras (município pertencente a região metropolitana de Sobral). Inclusive os doadores pediram ao respectivo historiador total sigilo quanto a identidade da família, isto por temerem constrangimentos naquela comunidade. O funcionário nos apresentou o objeto,

que está exposto no Museu Dom José, localizado na cidade de Sobral, no Ceará. Porém, oficialmente nos dados catalográficos, não constam informações quanto a origem dessa menorá. Oficialmente não é possível saber quem doou e nem a origem.



Figura 3: Menorá. Fonte: (Acervo da Autora 2013).

O historiador João Mendes Lira (1981), acerca da presença judaica em Sobral e circunvizinhanças da região norte do Ceará, revelou vários outros indícios da presença judaica em Sobral (Várzea do Pinto, Bonfim) e Groaíras. Dentre os argumentos expostos, Lira faz menção a uma sepultura no cemitério de Groaíras com inscrições em hebraico, confirmando pessoalmente o idioma citado, no ano de 1980. Contudo, atualmente verificamos que a referida sepultura não mais existe por conta do próprio desgaste provocado pela ação do tempo. Em conversa com senhor Batista Cassiano, o mesmo fala a respeito das inscrições na sepultura de Pompílio Machado Freire, outrora vista por Lira.

Eu via sempre que passava em frente ao cemitério conhecido como dos Machado Araújo, no túmulo do Pompílio Machado Freire, ca-

sado com Filomena, irmã do Major Araújo, umas letras que eu não conhecia. Não eram em português, eram diferentes. (Entrevista realizada com Batista Cassiano Feijão, no dia 08.10.2009)

Lira (1981) menciona que resolveu ampliar seus estudos sobre a presença judaica em Sobral e cidades vizinhas, a partir da análise do livro de óbitos da Igreja Matriz de Sobral, onde constava o registro de falecimento do francês alsaciano Samuel Weil (1835 - 1901) na vila de Sobral, além do registro de muitos outros cristãos-novos que viveram na ribeira do Acaraú. Na ocasião do enterro de Weil compareceram um grupo de judeus, os quais rezaram a Torá, indicando que à época havia uma provável comunidade judaica habitando na dita vila. Na ocasião, o sepultamento de Samuel, repercutiu negativamente na sociedade sobralense, pois de acordo com o direito canônico, era proibido o sepultamento de judeus em cemitérios reservados aos católicos. Tal impasse resultou na interdição do respectivo cemitério pela diocese de Sobral durante um período de três meses, sendo só depois de muita polêmica, revogado tal interdito.



Figura 4: Na lápide de Samuel Weil consta uma inscrição em hebraico e em francês, localizado no Cemitério São José em Sobral – Ceará. Na lousa de mármore lê-se o seguinte: “*Samuel Weil né tzenheim (Alsase) 27 Juillet – 1887 + 28 Octobre 1901. A mon cher et regretté Epoux. A notre Père bien aimé. As vouve et ses enfants eplorés.*” Fonte: (Acervo pessoal da autora 2013).

Por volta do século XIX, ocorre uma notável imigração de judeus da Alsácia-Lorena para o Ceará. Na tabela abaixo, encontramos informações sobre a identidade dos judeus, região da França que provi-nham e a cidade do Ceará que fixaram morada.

País	Cidade/Região	Nomes/Destino
França	Chambrey (Lorena)	Adrien Boris (Fortaleza)
França	Ingwiller (Alsácia)	Aron Braun (Fortaleza)
França	Marmoutier (Alsácia)	Myrtil Meyer (Aracati)
França	Mulhouse (Alsácia)	Gerson Gradwohl (Fortaleza)
França	Mulhouse (Alsácia)	Jules Bloch (Fortaleza)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Albert Kahn Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Henri Kahn Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Jacques Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Samuel Weil (Sobral)
França	Osthophen (Alsácia)	J. Robert Dreifus (Fortaleza)
França	Soutz-sous-Forêts (Alsácia)	Josephine Levy (Fortaleza)

Tabela 1. Judeus que migraram para o Ceará no XIX.
Fonte: (Alvarenga Júnior 2018).

De acordo com os dados apresentados, notamos que os fluxos migratórios de judeus vindos da França para radicar-se no Ceará foi expressivo, inclusive, Alvarenga (2018) sugere que esses judeus foram agentes fomentadores da economia local, com suas atividades laborais voltadas para a realização de atividades mercantis, tanto nas esferas local e internacional, a partir de redes sociais e comerciais que fo-mentavam a importação e exportação de produtos. O judeu alsacia-no Samuel Weil, radicado em Sobral, compôs o grupo de Alsacianos apresentados na tabela acima. Sobre Shmuel Ben Mordechai (Samuel Weil), ele exercia a função de gerente comercial na empresa *Gradwohl*

Frères. Segundo Almeida (2016), a única referência a sepulturas de judeus no Ceará, registrada nas pesquisas realizadas pelos escritores alemães Egon Wolff e Frieda Wolff, só faz alusão ao túmulo de Samuel Weil, isto por mérito do trabalho de pesquisa exploratório realizado pelo padre João Mendes Lira, anterior ao levantamento dos pesquisadores Wolff.

Ainda de acordo com Almeida (2016: 27), a menção apenas ao túmulo de Weil, devia-se a crença de que no Ceará não existiam judeus. Tal fato revelou-se falso, especialmente com base no mapeamento de túmulos de judeus feito pelo próprio Almeida (2021) em pesquisas mais recentes. Um achado inusitado e que remete ao legado deixado pelos Cristãos-Novos na região metropolitana de Sobral, em Groaíras, provavelmente à época de Riacho dos Guimarães, e da presença judaica, diz respeito a uma colher de bronze ornamental com uma gravura do leão da Tribo de Judá, com os dizeres *Holland* e logo abaixo está inscrito algo ilegível que se assemelha ao registro de uma determinada data e um brasão de família. O objeto foi encontrado soterrado no quintal da Senhora Franciane, caseira na propriedade do Senhor Tarcísio Dias, proprietário da fazenda Melodias, localizada nas imediações do rio Acaraú, em Groaíras.

Sobre os indícios da presença judaica no Brasil, na região Nordeste, especificamente em Pernambuco, após instalados, conjectura-se que muitos imigraram para o sertão Cearense. Kaufman (2000) esclarece que:

“Segundo dados dos *Anais Pernambucanos*, após o retorno de João Maurício de Nassau à Amsterdã, em 1644, aqueles judeus que conseguiram liquidar seus negócios, regressaram à Holanda ou partiram para lugares diversos da Europa, enquanto outros espalharam-se pelas ilhas do Caribe. [...] Com os acontecimentos que resultaram na partida dos holandeses e a consequente mudança de status dos judeus, é possível admitir que aqueles que não conseguiram escapar tenham optado por permanecer no sertão, onde dificilmente seriam alcançados pelos agentes da Inquisição” (Kaufman 2000:27).



Figura 5: Colher de bronze Holandesa.
Fonte: (Acervo pessoal da autora 2013).

A autora refere-se as tradições originárias no judaísmo que estão presentes no cotidiano de muitas famílias do Ceará, mesmo perdido o laço religioso, foram preservados traços ainda que inconscientes ao longo das gerações, independentemente do próprio fator circunstancial e contextual.

Para Lira (1988), os judeus que povoaram a ribeira do Acaraú preferiram ocultar seu lócus de nascimento, seus verdadeiros nomes e a procedência judaica. Nesse sentido, no transcorrer dos anos, passaram a adotar apelidos comuns aos Cristãos-Novos sefarditas, como Machado, Araújo, Farrapo, Frota, Arruda, Linhares, Madeira, Guima-

rões e Feijão, entre outros sobrenomes presentes, não apenas no Nordeste, mas praticamente em todo território brasileiro, considerando que ao longo de vários anos as referidas raízes familiares se espalharam por todo o país.

Lira (1988) menciona ainda, que um idoso residente no município de Groaíras, teria revelado as reminiscências judaicas de sua família aos filhos, netos e bisnetos apenas no seu leito de morte. Eles foram advertidos pelo patriarca que a revelação da origem judaica deveria ser mantida em sigilo. Para o autor, a manutenção do segredo foi uma estratégia utilizada pelos Cristãos-Novos do município de Groaíras, a fim de preservar suas origens judaicas. Tais ‘encobrimentos’ ocorreram justamente pelo fato de a identidade judaica representar uma mácula moral na referida conjuntura histórica, comprometendo a integração efetiva em sociedade.



Figura 6: Os Farrapos de Olhos Azuis. Fonte: (Ribeiro & Tulio 2010).

Ao longo do nosso trabalho de campo, era recorrente no relato dos interlocutores às reservas em falar de suas possíveis origens judaicas, como se houvesse ali uma mácula, um fardo. Segundo Júlio Feijão, sobre seu avô, Francisco Gonçalves Feijão Filho (Padrinho Chico), filho de Francisco Gonçalves Feijão, que viveu em meados do século XIX, e que deixou extensa prole, donde descendem muitas famílias de Groaíras. Inclusive, todos os nossos entrevistados tinham algum grau de parentesco com ele. Vários relatos descrevem esse senhor branco dos olhos azuis reluzentes que tinha como características marcantes a fé devotada em Deus, a obstinação pelo trabalho, o temperamento forte e o silêncio. Júlio conta que:

Meu padrim Chico Feijão dizia que esse apelido Feijão foi colocado por outros depois. [...] Perguntavam... padrim Chico por que esse nome Feijão? era por que era lavrador? ...dizia assim, “não meu filho foi que colocaram essa firma, esse Feijão”... meu nome de batismo era Francisco Gonçalves. “Acho que foi o irmão do Padrim Chico, o Vicente Segundo de Sobral que botou esse Feijão...” “padrim não falava quem botou esse apelido Feijão (Entrevista realizada com Julio Feijão, no dia 05.09.2009 [sic]).

O entrevistado relata o receio demonstrado por seu avô ao falar sobre a história dos seus ancestrais de forma mais contundente. Apenas comentava aos descendentes, quando interrogado sobre a origem do nome Feijão, que seu real nome de batismo era Francisco Gonçalves, sendo o apelido, cognome Feijão, provavelmente colocado pelo Vicente Segundo de Sobral. Nesse sentido, complementa D. Zita a respeito da versão dos seus ancestrais sobre a história genealógica da Família Feijão, com base nos relatos de sua genitora Rita Maria Ripardo, casada com Vicente José Rodrigues, filho de Vicente Feijão e neto do supracitado Francisco Gonçalves Feijão Filho.

Minha mãe contava que o ancestral da família Feijão veio de Portugal, fugido. O mesmo, por ser muito branco de olhos muito azuis, seus amigos começaram a chamá-lo “olho de Feijão”. De tanto ser chamado assim, um certo dia Tomé Gonçalves Sousa substitui o sobrenome Sousa por Feijão, passando a assinar-se Tomé Gonçal-

ves Feijão, dando origem à tradicional família Feijão. Essa mesma história era também contada pelo Major Sabino Gonçalves Guimarães também, descendente de Tomé Gonçalves Feijão. (Entrevista realizada com Zita Maria Rodrigues, no dia 10.10.2009).

De acordo com Zita Maria e Batista Cassiano é provável que Tomé Gonçalves Sousa tenha sido o antepassado que viera da Península Ibérica, provavelmente no século XVIII, em busca de refúgio em terras do vale do Acaraú, do qual descende numerosa prole na atualidade, dentre essas a Família Feijão. Já de acordo com o relato de Batista, Tomé Gonçalves Feijão, era Tomé Gonçalves Sousa e/ou Tomé Gonçalves Madeira, visto que ele usava os dois nomes. Mas não era por ser mal-intencionado, diz Batista, embora acredite ser uma estratégia para se camuflar dos seus perseguidores, visto que ele chegou por estas paragens na condição de desertor.

A respeito da vinda de Portugal para o Mundo Novo, Maria Feijão, *in memoriam*, aposentada e residente em Groaíras relatou o seguinte:

Estavam dando fim nos rapazes em Portugal... veio dois rapazes de lá juntos, um ancestral do Feijão e Melo juntos, mas o nome deles não era esse...vieram encaixotados...dois rapazes muito importantes [...] eu não sei nada de judeus. Só sei que judiaram com nosso senhor Jesus Cristo. (Entrevista realizada com Maria Feijão, no dia 10.05.2008).

Confirmando o relato acima, acerca da chegada dos primeiros colonos as terras ribeirinhas de forma embaraçosa, diz José Maria Alves Feijão, *in memoriam*, vereador e residente em Groaíras, que expõe com base nos relatos dos seus antepassados, sobre o ancestral da Família Feijão e outros do Vale do Acaraú:

Meu pai e meu avô contavam que esses homens brancos e dos olhos azuis vieram de outro país e se fixaram na terra do Alferes Guimarães, como foi conhecida Groaíras naquele tempo. Os antigos não queriam ser chamados pelo nome que possuíam no outro país donde vieram. O sobrenome Feijão foi originado do apelido dado por nativos da época aos colonos portugueses porque tinham

os olhos parecidos o do vegetal feijão que tinha o olhinho bem azulzinho... o verdadeiro nome deles ninguém sabe dizer [...] “ri-sos...” eu lembro de um amigo que sempre brincava comigo dizendo que eu vim fugido, dizia, “ei, tu és fugitivo!”. (Entrevista realizada com José Maria Feijão, no dia 15.06.2008).

No depoimento de José Maria ele enfatiza de onde vieram, como chegaram e como se deu a troca de nome e sobrenomes. Essas mudanças de nomes era um costume comum entre os Cristãos-Novos, para fugir das perseguições. Ou seja, para manterem-se resguardados dos perigos em virtude do sangue judeu. Lira (1981) esclarece sobre o costume referente a mudança de nome feita por Cristãos-Novos povoadores do Vale do Acaraú.

“Segundo estudiosos de assunto judaicos no Brasil todos os judeus portugueses que conseguiam escapar dos vexames da Inquisição e se refugiavam no interior do Brasil mudavam de nome e sobrenome acrescentando ao novo nome o sobrenome de Madeira, Matos, Feijão, Melo, Oiticica, Linhares. Era uma espécie de senha através da qual eram logo reconhecidos e recebidos num grupo judaico” (Lira 1981:79).

Guimarães (2001) nos dá informações sobre a troca de nomes na Tradição Judaica pelos judeus Ibéricos.

“Quando os judeus foram obrigados a adotar a religião católica, desapareceram os Isaac, Jacob, Judas, Salomão, Abeacar, Benefaçam etc., e ficaram só nomes e sobrenomes cristãos. Tomaram nomes vulgares, sem nada que os diferenciasse da maioria dos cristãos velhos, a não ser por vezes a manutenção de algum sobrenome antigo judaico pelo qual o indivíduo era conhecido vulgarmente. [...] Os locais de nascimento davam origem aos sobrenomes: a maior parte dos sobrenomes que circulam no Brasil é de origem Portuguesa e chegou aqui com os colonizadores. Alguns tinham origem geográfica, ou seja, no local em que a pessoa nasceu ou em que morava. Desta forma, Guilherme, nascido ou vindo da cidade Portuguesa de Coimbra, passou a ser, como seus parentes, Guilherme Coimbra. Assim, também Varela, Aragão, Cardoso, Araújo, Abreu, Lisboa, Barcelos, Faro, Guimarães, eram nomes de cidades ou regiões que identificavam os que lá nasceram, passando a funcionar, com o tempo, como sobrenomes” (Guimarães 2001:62).

O autor se refere a troca do prenome e sobrenome entre os Cristãos-Novos, os quais adotavam os sobrenomes dos cristãos-velhos, geralmente eram os padrinhos de batismo dos novos conversos na fé católica, ou mais comumente adotavam o nome dos locais de nascimentos ou de moradia atual, plantas típicas desses lugares, animais etc. Nesse sentido na grande maioria os sobrenomes em hebraico dos Cristãos-Novos entraram em desuso no ato da conversão, ainda que forçosamente.

Em conversa com Carlos Guimarães, aposentado, dono da Fazenda Paraíso, em Groaíras, declara sobre seu bisavô, Major Sabino Gonçalves Feijão, oficial reformado do Exército, filho de Vicente Gonçalves Feijão e Inês Maria de Jesus, que casou-se em primeiras núpcias, na vila dos Guimarães, hoje município de Groaíras, com Quitéria de Araújo Freire e em segunda núpcias com Florência Ximenes Feijão, sendo também primo em primeiro grau de Francisco Gonçalves Feijão. Major Sabino faleceu em 04 de agosto de 1939 com 94 anos. Segundo Carlos, seu bisavô trocou o cognome Feijão que serviu para ocultar a procedência genealógica judaica, pelo seu verdadeiro sobrenome de cristão-novo que era Guimarães, isto quando se certificou que não representava mais perigo ter sangue judeu na sua atual conjuntura social, cultural, econômica e política, isto em meados do século XIX. Carlos lembra ainda,

Meu bisavô Major Sabino Guimarães tirou o cognome Feijão quando percebeu que não havia mais por que temer ser considerado descendente de judeu e também já estava com a vida bem estruturada, com prestígio e boa situação econômica. Já os outros Feijão continuaram com o sobrenome, por serem analfabetos ou pelo medo não se preocuparam em tirar o Feijão e recuperar o verdadeiro sobrenome que era Guimarães. Meu avô como era mais esclarecido tirou o Feijão. Esse sobrenome Feijão inventado pelo ancestral da família que veio de Portugal se esconder no deserto como falavam sobre o Ceará... porque queriam ficar longe dos olhos do rei, dos delatores. Fugiram para Groaíras e Sobral pelas braças do rio... chegaram aqui pelo rio Acaraú. [...] eu sou espírita e eu sou descendente de judeu, não tenho a menor dúvida sobre mim e outros mais, me assumo

com muita honra. (Entrevista realizada com Carlos Guimarães, no dia 10.05.2008).

Com base nos relatos de Carlos Guimarães, Júlio Feijão e Zita Maria fica evidente a troca de sobrenomes pelos ancestrais das famílias analisadas. Tendo o sobrenome Feijão surgido pela necessidade de se camuflar a respeito da ancestralidade judaica, no distante e ermo sertão do Ceará.

Ao analisar o contexto alemão, Elias (2001:84) nos diz que: “se os judeus tivessem tomado consciência do quão as camadas médias e superiores da sociedade alemã estavam impregnadas de antissemitismo, teriam perdido uma boa parte de sua sensação de segurança”.

Segundo Norbert Elias (2001), os judeus tinham uma característica em particular: não admitir a possibilidade de sua própria “inferioridade” e rejeição social, uma vez que não havia um sentimento grupal de reação violenta, sendo raros os segmentos que decidiam se rebelar. Para Elias (2001:84) “Os judeus deveriam ser cegos, mas o que cegou a maioria foi eles viverem bem”. O autor enfatiza que a postura passiva dos judeus, em parte pode ter favorecido o avanço e estabelecimento do holocausto nazista na era moderna.

Refletindo sobre a linha do tempo, é interessante notar que a resistência e guerrilha dos judeus ocorridas, por exemplo, durante o *Levante do Gueto de Varsóvia*, na Polônia então dominada pelos nazistas, entre 1941 e 1943, foi um verdadeiro ponto fora da curva, ou o início de uma reação simbólica contra novos e velhos inimigos da tradição judaica, o que certamente desembocou nas pressões para a fundação do Estado de Israel no período pós segunda guerra mundial, em 14 de maio de 1948. Considerando a promessa feita por muitos judeus ao fim da segunda guerra, de que jamais aceitariam serem oprimidos novamente por qualquer ideologia, povo ou nação, percebe-se que poucas décadas após o holocausto nazista, o Exército de Israel é um dos mais numerosos, tecnológicos e poderosos do mundo atual.

Referências:

- ALMEIDA, N. M. 2021. *Cristãos-novos, seus descendentes e Inquisição no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- ALVARENGA JÚNIOR, E. G. 2018. *Uma Ponte Sobre o Atlântico: Imigração, Inserção e Comércio dos Franco-Judeus no Ceará (Aracati - 1870/1918)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84960>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- ALMEIDA, N. M. 2016. *Judeus no Ceará (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Intermeios.
- ARAÚJO, F. S. 2015. *Cronologia Sobralense – Séculos XVII e XVIII – 1604-1800*. Fortaleza: Edições ECOA.
- ARAÚJO, F. S. 1991. *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense.
- ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. O suplicio dos Távoras. 17 de nov. 2015. Disponível em: https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/o_suplicio_tavoras/. Acesso em: 30 jun. 2018.
- CARTÓRIO DE OFÍCIOS E NOTAS E DE REGISTROS - Comarca de Groaíras. Documento de doação de terras por Manoel Madeira de Matos. Acervo: Augusto Martins, 2013.
- CARVALHO, A. C. 1999. *Os judeus do desterro de Portugal*. Lisboa: Quetzal Editores.
- ELIAS, N. 1990. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 1.
- GUIMARÃES, M. M. 2001. *Há Restauração para os Marranos e Cristãos-Novos Brasileiros, os separados da Casa de Israel?* Belo Horizonte: Abradjin.
- IBIAPINA FILHO, F. X. 2003. *Os Ximenes de Aragão e suas Origens*. Brasília.
- KAUFMAN, T. N. 2000. *Passos Perdidos, História Recuperada: A presença judaica em Pernambuco*. 4ª ed. Recife: Editora Bagaço.
- LIMA, C. P. K. 2016. *Branca Dias: Tomo I*. Recife: Fundação Gilberto Freyre.
- LINHARES, M. N. A. 1901. “Traços biográficos do capitão-mor José Xerez de Furna Uchôa, o introductor do café no Ceará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, ano XV, p. 68-76. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1901/1901-TracosBiograficosdeJoseXerez.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- OLIVEIRA, A. S. 2015. *Pecuária, agricultura, comércio: dinâmica das relações econômicas no termo da Vila de Sobral (1773-1799)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14818>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- RIBEIRO, C.; TULIO, D. 2010. “Os Farrapos de Olhos Azuis”. *Jornal O Povo*, Caderno III – A Herança. Fortaleza, 14 jul.

Entrevistas:

FEIJÃO, B. C. Entrevista concedida a Maria Ednanda Rodrigues Lopes, no dia 08.10.2009.

FEIJÃO, J. Entrevista concedida a Maria Ednanda Rodrigues Lopes, no dia 05.09.2009.

FEIJÃO, J. M. Entrevista concedida a Maria Ednanda Rodrigues Lopes, no dia 15.06.2008.

FEIJÃO, M. Entrevista concedida a Maria Ednanda Rodrigues Lopes, no dia 10.05.2008.

GUIMARÃES, C. Entrevista concedida a Maria Ednanda Rodrigues Lopes, no dia 10.05.2008.

RODRIGUES, Z. M. Entrevista concedida a Maria Ednanda Rodrigues Lopes, no dia 10.10.2009.

**Family configurations and descendants of 'New Christians'
in the metropolitan region of Sobral, Ceará**

Abstract: The proposal for sociological analysis discussed in this article seeks in the underground of the historical past to recall the trajectory of New Christians who came to Brazil, at the beginning of Colonization, in the face of the institutionalization of the faith machine. This institutionalization was characterized by stigma and persecution against Jewish blood, being especially strengthened by a complex arrangement between the Portuguese Monarchy and the Court of the Iberian Holy Office. We know that we cannot recover things exactly as they once were, but we understand that elucidating an erased and neglected part of history represents a small and important step towards understanding the formation of Brazilian society, especially in the backlands of Ceará. In this way, the article aims to fill a gap in the historiography of Ceará regarding the New Christians and their descendants, since the 18th century period, leading up to the present day.

Keywords: Jewish culture, Sephardic Jews, Inquisition, Memory.

Recebido em setembro de 2024.

Aprovado em dezembro de 2024.